

PORTARIA Nº 04, de 20 de março de 2020

Dispõe sobre a suspensão de prazos dos procedimentos investigatórios e pedidos de cooperação do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A PROCURADORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com base no art. 32 da Lei Complementar n. 102/2008:

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou a pandemia de Covid-19, doença causada pelo Coronavírus (Sars-Cov-2), e que o Governo Federal brasileiro decretou emergência sanitária no dia 4 de fevereiro de 2020, medidas que indicam nível máximo de risco da doença;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Nacional n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; no Decreto Estadual n. 113, de 12 de março de 2020; no Decreto do Município de Belo Horizonte n. 17.297, de 17 de março de 2020; na Resolução n. 313 do Conselho Nacional de Justiça, de 19 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Nº 16/PRES/2020, de 16 de março de 2020, alterada pela Portaria Nº 18/PRES/2020, na Portaria Nº 19/PRES/2020 e na Portaria Nº 20/PRES/2020, que dispõem sobre a adoção de medidas temporárias de prevenção ao contágio da Covid-19, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer medidas de prevenção ao contágio pelo Coronavírus (Covid-19) no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, bem como de adequar seu funcionamento nesse período;

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicam-se, aos servidores lotados no Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, as disposições contidas na Portaria Nº 20/PRES./2020 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e suas eventuais revisões.

Art. 2º. Ficam suspensos, entre os dias 18 de março a 30 de abril de 2020, todos os prazos relativos a notícias de irregularidade, procedimentos preparatórios, inquéritos civis e pedidos de cooperação, tratados, respectivamente, na Resolução MPCMG n. 14 e na Resolução MPCMG n. 15, ambas de 18 de dezembro de 2019.

Art. 3º. No período em que houver suspensão de expediente, as medidas processuais urgentes serão remetidas ao Procurador preventivo, cabendo ao Procurador-Geral decidir nas outras hipóteses.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 20 de março de 2020.

Elke Andrade Soares de Moura
Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas